

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ - CCIM
UNIDADE PROF. JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA

COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

EMANUEL MATEUS DA SILVA BANDEIRA

**A COMPREENSÃO DO PROFESSOR SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA
EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS NA PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL
INFANTIL**

EMANUEL MATEUS DA SILVA BANDEIRA

**A COMPREENSÃO DO PROFESSOR SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA
EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS NA PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Universidade Federal do Maranhão como requisito
básico para a obtenção do grau de licenciatura em
Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão.

Orientador: Prof. Dr. Erivanio da Silva Carvalho

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Bandeira, Emanuel Mateus da Silva.

A COMPREENSÃO DO PROFESSOR SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS NA PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL / Emanuel Mateus da Silva Bandeira. - 2026.

54 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Erivanio da Silva Carvalho.
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2026.

1. Educação Sexual. 2. Educação Infantil. 3. Formação Docente. 4. Abuso Sexual. I. Carvalho, Prof. Dr. Erivanio da Silva. II. Título.

EMANUEL MATEUS DA SILVA BANDEIRA

**A COMPREENSÃO DO PROFESSOR SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA
EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS NA PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Universidade Federal do Maranhão como requisito
básico para a obtenção do grau de licenciatura em
Pedagogia, pela Universidade Federal do
Maranhão.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Erivanio da Silva Carvalho (orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Nertan Dias da Silva Maia
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Francisca Melo Agapito
Universidade Federal do Maranhão

Dedico esta monografia a minha família,
principalmente aos meus pais, pilares da minha
formação como ser humano

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me permitir chegar até aqui. Esta jornada foi marcada por altos e baixos, por momentos de paz e de turbulência, mas, em cada etapa, pude ver a mão de Deus conduzindo tudo de forma surpreendente. Vivenciei aprendizados que foram muito além do conteúdo do curso. Conquistei amizades que jamais imaginei ter e vivi experiências que levarei para toda a vida. Tudo isso vejo como um presente divino. Como está escrito em Efésios 3:20-21: *"Àquele que é capaz de fazer infinitamente mais do que tudo o que pedimos ou pensamos, de acordo com o seu poder que atua em nós, a Ele seja a glória..."* Toda honra e glória sejam dadas a Ele. Amém!

Aos meus pais, Leonice da Silva Bandeira e Josivaldo Barros Bandeira, minha eterna gratidão. Vocês sempre fizeram de tudo para me proporcionar o melhor. A mudança de cidade, o esforço para garantir uma educação de qualidade para mim e meus irmãos, os inúmeros sacrifícios silenciosos. Tudo isso carrego comigo com muito amor. Obrigado pela paciência, pelo apoio constante e pelo amor incondicional. Amo vocês profundamente.

Agradeço a todos os docentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz, pelo carinho, dedicação e paciência ao ensinar. Obrigado por irem além da sala de aula, por estarem dispostos a ouvir, ajudar e caminhar conosco. Sou igualmente grato pela amizade construída ao longo desses anos.

Também expresso minha sincera gratidão ao Prof. Dr. Witembergue Zapallori, pela amizade, profissionalismo e empatia demonstrados ao longo de todo o curso. Foi uma honra tê-lo como chefe durante o período em que atuei como bolsista do Mestrado. Sua liderança acolhedora e respeito aos alunos marcaram minha trajetória. À Profa. Dra. Karla Bianca, agradeço por sua presença sempre inspiradora, pela leveza com que ensina e pela maneira afetuosa com que acolhe seus alunos. Sua amizade é um presente. E à Profa. Dra. Simone Omizzolo, minha mais profunda admiração por ser exemplo de sabedoria, sensibilidade e força. Estendo meus agradecimentos a todos os professores da Universidade, que, ao longo da minha trajetória acadêmica, compartilharam conhecimentos, experiências e ensinamentos fundamentais para minha formação profissional e humana.

Agradeço à banca examinadora, composta pelo Prof. Dr. Erivanio da Silva Carvalho, Prof. Dr. Nertan Dias da Silva Maia e pela Profa. Dra. Francisca Melo Agapito. Suas valiosas contribuições, leitura atenta e as considerações, enriqueceram este trabalho, contribuindo de forma significativa para seu aprimoramento acadêmico e científico. Quero agradecer de forma especial o Prof. Dr. Erivanio da Silva Carvalho, meu muito obrigado por ter dedicado seu tempo e atenção como orientador desta monografia; sua escuta generosa e olhar atento foram fundamentais para que este trabalho ganhasse forma.

Registro um agradecimento especial ao Prof. Dr. José Batista de Oliveira, cuja dedicação, sensibilidade e compromisso com a educação marcaram profundamente minha trajetória acadêmica. Foi por meio de suas aulas inspiradoras, no terceiro período do curso, que encontrei motivação para não desistir e seguir até a conclusão desta formação. Seu legado permanece vivo nos ensinamentos compartilhados, na postura ética e no incentivo constante à reflexão crítica, deixando contribuições que ultrapassam o espaço da sala de aula e permanecem na memória e na formação de seus alunos.

Aos *beloveds*: Andressa Grangeiro, Beatriz Gama, Brenda Oliveira, Matheus Cidreira, Nycole Nobre, José Miguel, Eduardo e Mariana Muniz. Meu coração transborda gratidão por cada momento vivido com vocês. Obrigado por tornarem os dias universitários mais leves, alegres e cheios de significado. Levarei vocês comigo para sempre. Eu amo cada um de vocês!

As minhas amigas Marina Acsa e Yasmim Calixto, pela presença e apoio durante a defesa deste trabalho. O carinho, o incentivo e a disponibilidade em compartilhar esse momento tão significativo tornaram essa etapa mais leve e fortalecedora. Amo vocês!

Sou alguém que valoriza profundamente as aventuras e os momentos que se transformam em histórias dignas de serem contadas e compartilhadas. E este curso foi, sem dúvida, uma grande aventura na minha vida. Uma aventura que me transformou. Por isso, agradeço por ter dito "sim" à Pedagogia e à UFMA. E agora, com o coração cheio de gratidão, estou pronto para viver a próxima aventura que Deus preparou para mim.

E quantas crianças e adolescentes poderiam sair da exploração sexual com a denúncia anônima? Centenas! É o silêncio cúmplice da sociedade e a estupidez humana que favorecem a infância cheia de abusos.

Álvaro Nobre Junior

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como professores da educação básica compreendem e abordam a educação sexual no contexto escolar, especialmente no que se refere à prevenção e ao enfrentamento do abuso sexual infantil. A temática mostra-se relevante diante dos elevados índices de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, realidade amplamente subnotificada e que exige atuação integrada das instituições sociais. O estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, com base em autores como Louro (1997; 2000), Oliveira (2023), Cambi (1999), Pereira e Deon (2021), bem como na análise de documentos legais, entre eles a Constituição Federal Brasileira de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a LDBN (1996), a Lei nº13257/2016 (Primeira Infância), e a BNCC (2017). Além disso, realizou-se pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, por meio de aplicação de questionário e entrevistas com professoras de uma escola de rede pública do município de Imperatriz – MA. Os resultados evidenciam que as docentes reconhecem a educação sexual como responsabilidade da escola e como instrumento fundamental na prevenção do abuso sexual infantil, embora apontem desafios relacionados à formação profissional. Conclui-se que a escola, por meio do trabalho docente, desempenha papel central na promoção da proteção integral das crianças, sendo imprescindível o investimento em formação inicial e continuada dos professores.

Palavras-chave: educação sexual; educação infantil; formação docente; abuso sexual.

ABSTRACT

This research aims to analyze how basic education teachers understand and address sex education in the school context, especially regarding the prevention and confrontation of child sexual abuse. The topic is relevant given the high rates of sexual violence against children and adolescents in Brazil, a reality that is largely underreported and requires integrated action from social institutions. The study is based on bibliographic research, drawing on authors such as Louro (1997; 2000), Oliveira (2023), Cambi (1999), Pereira and Deon (2021), as well as the analysis of legal documents, including the 1988 Brazilian Federal Constitution, the Statute of the Child and Adolescent (1990), the LDBN (1996), Law No. 13257/2016 (Early Childhood), and the BNCC (2017). Furthermore, a qualitative field research study was conducted through questionnaires and interviews with teachers from a public school in the municipality of Imperatriz – MA. The results show that the teachers recognize sex education as a responsibility of the school and as a fundamental instrument in the prevention of child sexual abuse, although they point out challenges related to professional training. It is concluded that the school, through the work of teachers, plays a central role in promoting the comprehensive protection of children, making investment in initial and continuing teacher training essential.

Keywords: sex education; early childhood education; teacher training; sexual abuse.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABSP – Anuário Brasileiro de Segurança Pública

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A INFÂNCIA E SEU CONCEITO: UMA ETAPA IMPORTANTE NA VIDA DA CRIANÇA	13
2.1 Violência sexual infantil: dados e caracterização do fenômeno	16
2.2 Violência sexual infantil e suas consequências no desenvolvimento cognitivo e emocional	18
2.3 A Constituição Federal Brasileira de 1988 e os avanços de direitos na Nova República	20
2.4 Um olhar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente	22
2.5 Leis Federais nº 9.970/2000 e 14.432/2022: enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e a Campanha do Maio Laranja	24
2.6 O Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016)	28
2.7 Parâmetros Curriculares Nacionais e a Orientação Sexual na escola	29
2.8 Sala de aula e o combate à violência sexual infantil: o papel do docente na prevenção	32
3 OPÇÕES METODOLÓGICAS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

A infância constitui uma etapa fundamental do desenvolvimento humano, marcada por intensos processos cognitivos, emocionais, sociais e afetivos. Nesse período, a criança constrói sua identidade, estabelece vínculos e desenvolve percepções sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Diante dessa realidade, torna-se imprescindível garantir condições que assegurem o desenvolvimento integral da criança, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

Entretanto, apesar dos avanços legais e institucionais, a violência sexual infantil permanece como um grave problema social no contexto brasileiro, atingindo crianças de diferentes faixas etárias e realidades socioeconômicas. Tal violência provoca impactos profundos no desenvolvimento emocional, cognitivo e escolar das vítimas, refletindo diretamente no processo de aprendizagem e na construção da subjetividade infantil.

Nesse cenário, entendemos a escola, como um espaço importante e estratégico na proteção da criança, não apenas como ambiente de ensino, mas também como espaço de socialização, orientação e prevenção diante da necessidade de enfrentar a violência sexual infantil. Contudo, a abordagem da educação sexual no contexto escolar ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à formação e à segurança dos professores para tratar sobre o tema. Muitos docentes demonstram insegurança, receio ou desconhecimento quanto às estratégias adequadas para abordar a educação sexual de forma ética, pedagógica e preventiva, o que pode comprometer a efetividade das ações desenvolvidas na escola.

Diante desse contexto, surge a seguinte problemática: como os professores da educação básica compreendem a educação sexual e qual é o seu papel na prevenção do abuso sexual infantil no ambiente escolar?

O objetivo geral deste trabalho é analisar a compreensão de professores da educação básica acerca da educação sexual no contexto escolar, com foco nos desafios relacionados à prevenção do abuso sexual infantil, discutindo o papel do professor no trabalho pedagógico voltado à educação sexual, no sentido de identificar discursos e ações que efetivamente contribuem com a prevenção da violência sexual infantil.

A pesquisa bibliográfica recorre mais centralmente aos autores que abordaram as discussões sobre a infância e educação sexual, bem como às questões pertinentes à formação docente ligadas a essa temática, dentre esses autores destacamos Louro (1997; 2000), Oliveira (2003), Cambi (1999), Pereira e Deon (2021), dentre outros. Para compor essa pesquisa bibliográfica também recorreremos aos documentos legais, normativos e curriculares que mais dizem a respeito ao tema sobre educação sexual, como a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13257/2016), e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

Em um segundo momento, realizou-se uma pesquisa de campo, desenvolvida em uma escola de rede pública municipal do município de Imperatriz-MA. A metodologia e procedimento da pesquisa se caracteriza como qualitativa, apoiando-se mais nos detalhes significativos das respostas dos sujeitos pesquisados, buscando apreender as respostas de forma descritiva e contextualizada ao universo escolar.

Os sujeitos da pesquisa foram professoras da educação básica que atuam diretamente no processo educativo de crianças. Utilizou-se um questionário semiestruturado, composto por questões objetivas e uma pergunta aberta para captar como pensam as professoras acerca do papel da escola e possibilidades de um trabalho pedagógico de prevenção do abuso sexual infantil. A pesquisa respeitou os princípios éticos, garantindo o anonimato dos participantes e a confidencialidade das informações coletadas, conforme a Resolução CNS466/2012. As participantes assinaram o TCLE, entendendo exatamente o que foi submetido na pesquisa, assegurando a autonomia e proteção.

A relevância dessa pesquisa justifica-se pela necessidade de chamar a atenção para a importância da escola e do professor no sentido de trazer à baila a necessidade de uma reflexão sobre a formação docente na perspectiva da prevenção do abuso sexual infantil.

2 A INFÂNCIA E SEU CONCEITO

A vida humana é constituída por diferentes fases, cada uma marcada por processos específicos de crescimento e desenvolvimento. Dentre essas fases, a infância destaca-se como um período fundamental, pois é nela que a criança vivencia suas primeiras descobertas, estabelece vínculos afetivos e inicia a construção de sua identidade. Neste estágio da vida, a criança aprende a engatinhar, andar, correr, brincar e se comunicar, desenvolvendo habilidades essenciais para sua formação integral.

Os aprendizados, portanto, compreende o crescimento orgânico e o desenvolvimento da criança no universo cultural em que ela está inserida, havendo um trabalho educacional de atuação de familiares responsáveis por essa educação e o trabalho pedagógico escolar, porém, é preciso contextualizar historicamente como um determinado período pode ser marcado por especializações produzidas no mundo da produção, consagrando concepções, modelos, ideologias e conhecimentos sobre a infância.

Como explica Franco Cambi (1999):

São histórias, porém, em fase de crescimento e de especialização, como ocorre com a das mulheres, desenvolvida ora em chave teórica, ora institucional, ora social, ou como a da infância, que produz o melhor conhecimento de um ator social – a criança – e das ideologias que sobre ele se ativam e nos esclarecem sobre modelos e valores sociais, quer sejam difundidos ou não (Cambi, 1999, p. 32).

Nesse sentido, a história da infância revela-se como um processo marcado por mudanças e especializações, variando conforme o contexto histórico, social e institucional. Essa multiplicidade de olhares reforça a importância de compreender a infância não como uma fase homogênea, mas como uma construção social que reflete as concepções de cada época.

À luz dessas compreensões acerca da infância, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consolida, no âmbito das políticas educacionais brasileiras, uma concepção que reconhece a criança como sujeito de direitos, inserida em contextos sociais, culturais e históricos diversos. No que se refere à Educação Infantil, a BNCC orienta práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral, considerando

dimensões físicas, emocionais, sociais e culturais, bem como os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, como conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Ainda que o documento não trate de forma explícita a educação sexual nessa etapa, seus princípios reafirmam o compromisso da escola com o cuidado, o respeito ao corpo, às diferenças e à proteção integral da criança, contribuindo para a construção de relações saudáveis e para ações preventivas frente situações de violência e abuso sexual infantil (Brasil, 2017).

Embora a BNCC represente um avanço na definição de direitos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil e as demais etapas da educação básica, sua versão final suscitou críticas de pesquisadores e educadores por suprimir referências explícitas à educação sexual, gênero e orientação sexual. No processo de elaboração da BNCC, versões preliminares incluíam expressões e eixos temáticos relacionados a gênero e sexualidade, mas, na versão aprovada em 2017, o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) removeram esses termos, argumentando formalmente que as alterações visavam ajustes de redação e evitar controvérsias, enquanto críticos apontam que a retirada responde a pressões de setores conservadores e grupos políticos contrários ao debate de gênero nas escolas. Especialistas consideram esse recuo problemático porque reduz a possibilidade de tratar a educação sexual de maneira ampla no currículo. (Unicamp, 2017)

Ao tratar desse tema, torna-se necessário diferenciar os conceitos de infância e criança. Conforme Graciele Perciliana Pereira de Carvalho e Vanessa Aparecida Deon (2021).

A infância é o período da vida em que o indivíduo começa a sentir, a pensar, a agir e a se relacionar. Pode-se dizer que é a fase da vida quando iniciam os aprendizados e as descobertas. Desde a Antiguidade, vários pensadores buscam entender o significado de infância. Nesse sentido, surgiram várias concepções de infância (Pereira; Deon, 2021, p. 1).

Quanto ao conceito de criança Marcelo Moya (2024) explica:

Se levarmos em consideração as fases de desenvolvimento de um ser humano, podemos definir uma criança como uma pessoa de pouca idade, que compreende a fase de recém-nascido até a puberdade com suas transformações físicas, biológicas e psicológicas. No Brasil, é considerado criança até os 12 anos, embora algumas convenções internacionais definem o infante como todo menor de 18 anos (Moya, 2024, p. 1).

A observação de como uma criança cresce fisicamente até completar os 18 anos permite uma compreensão substantiva, porém, é muito difícil definir uma teoria que possa explicar a realidade de uma criança. Ainda que possamos perceber algumas fases distintas do desenvolvimento infantil, por meio de estudos da obra de alguns dos mais brilhantes teóricos da criança como foi Jean Piaget (1896-1980). Ou mesmo o teórico russo Lev Vigotsky (1896-1934) que também se notabilizou com uma compreensão de que a criança tem o seu desenvolvimento absolutamente vinculado ao contexto sócio cultural, cabendo, nesse sentido, evidentemente à escola um papel central. Segundo a perspectiva vigotskiana, o indivíduo nasce com amplas possibilidades de aprendizagem, que podem ser potencializadas a partir das interações sociais e das condições oferecidas pelo meio (Vigotski, 2007).

Nas palavras de Telma Cristina Camilo (2008), na perspectiva do pensamento vigotskiano o indivíduo nasce com as suas capacidades ilimitadas no sentido do aprendizado, podendo desta forma desenvolver ao máximo as suas potencialidades humanas, entretanto, para que isso seja possível é necessário que ainda nas palavras de Camilo (2008, p. 131) “[...] desde que na presença de condições adequadas de vida e de educação, decorrentes do ensino compartilhado, da colaboração de parceiros mais experientes, sejam crianças mais velhas ou mais experientes [...]”. Ou seja, a criança para que possa se desenvolver na sua infância precisa de um ambiente propício para o seu progresso.

Nesse contexto, a família e a escola desempenham papéis fundamentais na construção de um ambiente seguro e acolhedor, capaz de favorecer o desenvolvimento saudável da criança. A proteção, o cuidado e o diálogo estabelecidos nesses espaços contribuem para o fortalecimento dos vínculos afetivos e para a formação emocional dos pequenos.

Gisela Wajskop (2001) nos explica que:

A criança desenvolve-se pela experiência social, nas interações que estabelece, desde cedo, com a experiência sócio-histórica dos adultos e do mundo por eles criado. Dessa forma, a brincadeira é uma atividade humana na qual as crianças são introduzidas constituindo-se em um modo de assimilar e recriar a experiência sociocultural dos adultos (Wajskop, 2001, p. 25).

Diante disso, compreende-se que o ambiente em que a criança está inserida exerce influência direta sobre seu desenvolvimento. Experiências positivas, baseadas no cuidado, na escuta e na proteção, favorecem o fortalecimento emocional da criança e contribuem para a prevenção de situações de violência. A ausência de diálogo e de vínculos afetivos pode tornar a criança mais vulnerável a situações de risco, como a violência e o abuso sexual, temática que será aprofundada.

2.1 Violência sexual infantil: dados e caracterização do fenômeno

Apesar dos avanços observados nas áreas social, tecnológica e jurídica nas últimas décadas, a violência sexual contra crianças e adolescentes permanece como um grave problema social no contexto brasileiro. Trata-se de uma violação de direitos humanos que compromete o desenvolvimento físico, emocional, psicológico e educacional das vítimas, configurando-se como uma das formas mais severas de violência contra a infância.

No cenário contemporâneo, as práticas de violência sexual assumem diferentes formas e contextos, ocorrendo tanto em ambientes presenciais quanto virtuais. Embora o uso das tecnologias tenha ampliado os meios de comunicação e interação social, também tem sido utilizado como instrumento para a prática de crimes, especialmente aqueles relacionados à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, grupo que se encontra em situação de maior vulnerabilidade.

No que diz respeito à violência sexual contra crianças e adolescentes, os números relacionados na questão se as vítimas conhecem ou não quem são os autores de violência e abuso sexual é alarmante. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP, 2022, p. 5) revelam a relação vítima e autor:

Relação vítima e autor	
Autores	Porcentagem
Desconhecidos	17,5%
Conhecidos	82,5%

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 2022.

Esses dados revelam que a violência sexual ocorre majoritariamente em contextos de proximidade e confiança, o que dificulta a identificação e a denúncia dos casos.

No que se refere aos perfis dos agressores, o mesmo anuário aponta que a maioria é composta por homens (95,4%), sendo que grande parte possui vínculo familiar ou de convivência com a vítima. Entre os autores identificados, (40,8%) são pais ou padrastos, (37,2%) correspondem a irmãos, primos ou outros parentes, e (8,7%) são avós. Esses dados reforçam a compreensão de que a violência sexual infantil está fortemente associada ao ambiente doméstico e familiar.

Informações divulgadas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2021), mostra que

A grande maioria das vítimas de violência sexual é menina – quase 80% do total. Para elas, um número muito alto dos casos envolve vítimas entre 10 e 14 anos de idade, sendo 13 anos a idade mais frequente. Para os meninos, os casos de violência sexual concentram-se especialmente entre 3 e 9 anos de idade. Nos casos em que as vítimas são adolescentes de 15 anos ou mais, as meninas representaram mais de 90% dos casos. A maioria dos casos de violência sexual ocorre na residência da vítima e, para os casos em que há informações sobre a autoria dos crimes, 86% dos autores eram conhecidos das vítimas (UNICEF, 2021, p. 6).

Analisando os dados acima podemos verificar que, a maioria das vítimas são meninas, e que os acontecimentos relacionados à violência sexual ocorrem dentro do lar de meninas e adolescentes do gênero feminino. Os números se tornam ainda mais alarmantes quando os dados da UNICEF apresentam que 86% dos autores que cometem os crimes sexuais são conhecidos das vítimas, dados estes que coadunam com os do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Dados do Agência Senado (2022) destacam que o Brasil ocupa a segunda posição no mundo, em que há mais casos de violências e abusos sexuais, os dados ainda revelam que existe uma indústria da exploração sexual no Brasil.

A exploração sexual é uma condição que deriva de uma desigualdade socioeconômica, um fenômeno derivado da pobreza. É a pobreza que coloca principalmente meninas nessa condição de se submeterem à atividade sexual em troca de comida, um brinquedo, em troca até de dinheiro para as adolescentes. E de forma muito perversa se coloca que essas adolescentes muitas vezes concordam com aquilo, anuem com a prostituição. A situação da exploração sexual está mais grave do que nunca! E o caminho para

enfrentar isso é política de proteção básica, é renda mínima, programas de distribuição, de emprego [...] (Brasil, 2022, p. 1).

Embora a pobreza e a desigualdade socioeconômica sejam fatores estruturais importantes para a vulnerabilidade de crianças e adolescentes à exploração sexual comercial, estudos sobre os perfis dos perpetradores indicam que a participação de indivíduos não se limita a contextos de extrema pobreza. Pesquisas indicam que a exploração sexual se sustenta a partir de uma relação assimétrica de poder, na qual a demanda por práticas sexuais envolvendo crianças e adolescentes é frequentemente fomentada por indivíduos pertencentes às classes média e alta. Estudos voltados à caracterização dos perpetradores e compradores da exploração sexual comercial demonstram que muitos desses sujeitos apresentam inserção social estável, possuem emprego formal e não se enquadram em contextos de marginalização social extrema (Carpinteri et al, 2018).

Relatórios internacionais que analisam a chamada “demanda” por exploração sexual comercial reforçam essa perspectiva ao apontar que o foco exclusivo na vulnerabilidade das vítimas obscurece a responsabilidade daqueles que consomem e patrocinam essa violência. A existência de um mercado de exploração sexual depende diretamente da atuação de compradores, majoritariamente adultos, que se valem de sua posição econômica e social para exercer controle e coerção sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (Polaris, 2025).

Diante desse cenário, torna-se evidente que o enfrentamento da violência sexual infantil exige ações articuladas entre Estado, família, escola e sociedade. Embora as políticas públicas desempenhem papel fundamental no combate a esse tipo de violência, a escola assume posição estratégica na prevenção a importância da educação sexual como prática pedagógica voltada à proteção integral da infância.

2.2 Violência sexual infantil e suas consequências no desenvolvimento cognitivo e emocional

A violência sexual cometida contra crianças e adolescentes é frequentemente associada, no senso comum, à violação física do corpo da vítima. No entanto, essa forma de violência não se restringe aos danos corporais, uma vez que provoca consequências profundas e duradouras nos aspectos cognitivos e emocionais.

Os registros de violência sexual demonstram que esses crimes podem ocorrer em diferentes contextos e espaços, variando conforme as condições de vulnerabilidade das vítimas.

Dados do ABSP traz dados bem específicos do ano de 2022, indicando que:

Tabela 1: Estupro de vulnerável (até 13 anos), por tipo de local da agressão no Brasil, 2022.

Ambientes	Índices
Residência	72,2%
Via pública	6,4%
Área rural	3,4%
Área urbana	3,0%
Escola e creche	3,0%
Hospital	0,7%
Internet	0,2%
Outros	11,1%

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 2023, p. 206.

Esses dados evidenciam que a violência sexual infantil ocorre predominantemente em espaços considerados seguros para a criança, especialmente no ambiente doméstico ou em locais frequentados por pessoas próximas. Essa proximidade entre vítima e agressor contribui para o silêncio, a dificuldade de denúncia e a perpetuação da violência.

Em âmbito global, a gravidade do problema também se manifesta de forma expressiva. Segundo Fraga (2003), 400 milhões de crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual no mundo por ano. Esse dado revela a dimensão do problema e reforça a necessidade de ações preventivas e de proteção integral à infância.

É fundamental compreender que as consequências da violência sexual infantil vão além dos danos físicos. Sousa e Lino (2023) afirmam que, mesmo quando a criança não possui pleno discernimento sobre a situação vivenciada, os impactos da violência sexual manifestam-se de forma significativa em seu desenvolvimento. Entre as principais consequências observadas estão quadros de ansiedade, depressão,

atraso no desenvolvimento pessoal, dificuldades nas relações interpessoais e comprometimento da autoestima.

No campo cognitivo e educacional, crianças vítimas de abuso sexual tendem a apresentar dificuldades de concentração, prejuízos na aprendizagem e baixo rendimento escolar. Amorim e Moussa (2021) destacam que essas crianças frequentemente desenvolvem uma visão negativa de si mesmas e do mundo ao seu redor, acompanhada por sentimentos de vergonha e insegurança.

Esses fatores reforçam que os impactos da violência sexual infantil ultrapassam os limites do dano físico. Essas consequências demandam atenção especializada e acompanhamento psicológico, pedagógico e social, a fim de minimizar prejuízos ao processo de aprendizagem e à construção de identidade infantil.

2.3 A Constituição Federal Brasileira de 1988 e os avanços de direitos na Nova República

Quando falamos de educação automaticamente estamos discorrendo sobre desenvolvimento humano, crescimento pessoal, formação de pessoas, melhor qualificação para o mercado de trabalho, desenvolvimento socioeconômico e acima de tudo, uma população mais solidária e consciente dos seus direitos e deveres.

Educação é a base para se ter um melhor país, uma cidade mais bem organizada, uma comunidade que sabe onde estão os seus direitos e quando assumir seus deveres, educação deveria e deve ser uma prioridade de qualquer governo independentemente da sua esfera, se de grau federal, estadual e municipal, de direita ou esquerda.

Entretanto mesmo apesar de toda a precariedade e grande falta de investimento no campo educacional no Brasil, é preciso levar em conta que houve inúmeros avanços nessa área a partir da segunda metade da década de 1980, foi a partir desse momento histórico que a nação brasileira passou a dar passos importantes para a liberdade, pois de 1964 a 1985 o país havia passado pela Ditadura Cívico-Militar.

Um dos marcos importantes durante esse período foi a redemocratização do país e junto com ela veio a promulgação da Constituição Federal - CF de 1988, a Carta magna trouxe avanços importantes em diversos aspectos. Segundo Paulo

Ghiraldelli (2009, p. 160), “A nova democracia tem sido o período de maior liberdade e de maior respeito dos diversos setores sociais para com as instituições políticas democráticas brasileiras, se comparado com toda a história do país.”

Na educação, a Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe conquistas essenciais ao Brasil, podendo-se destacar aqui os artigos 205 e 206:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p. 123).

A Constituição Brasileira de 1988 ainda complementa sobre os direitos em relação à educação em seu artigo 206 ao afirmar:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC no 19/98 e EC no 53/2006)
 I–Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II–Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 III–Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 IV–Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 V–Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
 VI–Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 VII–Garantia de padrão de qualidade;
 VIII–Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Brasil, 1988, p. 123)

Quando analisamos os artigos 205 e 206 da CF, observamos que os dois se complementam e tratam da educação como uma prioridade social e de Estado, tratando dessa forma acerca da qualificação para o trabalho como também para o preparo do exercício da cidadania.

O artigo 206 também destaca dois pontos importantes, que são permanência e acesso à escola e liberdade de aprender e ensinar, destacando, como a Constituição Federal dá prioridade em seu texto para a educação como forma de cidadania. Não é à toa que a CF também é conhecida como a “Constituição cidadã”.

É necessário destacar que foi só a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que tanto a escola quanto a educação passaram a ser tratada com mais seriedade pelo Estado, possuindo mais direitos e garantias para melhor atendimento do cidadão.

Isso fez com que fossem estabelecidas regras e normas a fim de promover uma gestão mais adequada da educação e das escolas, e um dos exemplos disso foram a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Todos esses avanços fizeram com que a escola fosse se fortalecendo e sendo um espaço mais democrático.

Leonardo Moraes Armesto e Patrícia Gonçalves Bispo (2022) analisam a escola como uma instituição que exerce um papel estratégico na transformação da realidade social. Descrevem também a escola como um espaço que é essencial e apropriado para a comunicação humana, bem como para a quebra de paradigmas e preconceitos, proporcionando, desta forma, uma maior humanização e auxiliando o indivíduo a viver de forma harmoniosa com as diferenças.

2.4 Um olhar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

Atualmente as pessoas, pelos mais diversos meios de comunicação, redes sociais ou de forma física, falam muito sobre assuntos como pedofilia, abuso sexual, dentre outros temas relevantes de forma bem aberta, no entanto é preciso salientar que isso é fruto da liberdade de expressão e da democracia em que estamos inseridos. Contudo, é preciso lembrar que nem sempre foi assim, pois tudo isso é fruto de muita luta dos movimentos sociais no Brasil.

Após 21 anos da Ditadura Cívico-Militar, período que durou de 1964 a 1985 sob o comando das forças armadas, o país entra em uma nova fase de esperanças e de desafios para restabelecer direitos e deveres e em relação à liberdade de expressão. A Carta magna deu à nação brasileira uma perspectiva nova sobre o futuro, tanto no campo político quanto socioeconômico.

Deputados federais e senadores, reunidos na Assembleia Nacional Constituinte, destacam que:

A Constituição é a lei mais importante de um país. Ela organiza o Estado, estabelecendo, no caso brasileiro, a separação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A Constituição atualmente em vigor no Brasil foi promulgada em 1988 e é conhecida como “Constituição Cidadã”, por estabelecer diversos direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, a liberdade religiosa e aqueles relacionados a trabalho, previdência, educação, saúde e assistência social. (Brasil, 2017, p. 1)

A Constituição cidadã representou um marco para a sociedade brasileira ao assegurar garantias indispensáveis à dignidade humana, como a liberdade religiosa, a liberdade de expressão e os direitos sociais relacionados à saúde, à educação, à previdência e à assistência social, reafirmando o papel do Estado na promoção da cidadania.

Dentro desse contexto, especificamente na década de 1990, um dos fundamentos essenciais e que ajudaram a solidificar os direitos de crianças e adolescentes no Brasil foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, um grande avanço no sentido institucional por meio da lei nº 8.069.

Goes (2020) ressalta que o Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser compreendido como um instrumento de caráter democrático e, sobretudo, de proteção social, não sendo uma lei isolada, mas devendo ser analisado à luz de outras legislações, em especial da Constituição Federal, estando sempre amplamente amparado e sustentado pelas políticas sociais.

O ECA traz inúmeros avanços em relação à direitos e deveres de nossas crianças e adolescentes.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.
 Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
 Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Brasil, 2017, p. 10)

O ECA (Brasil, 1990) estabelece os princípios fundamentais que regem a proteção integral de crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeito de direitos, sem qualquer forma de discriminação. A legislação define como criança a

pessoa até doze anos de idade incompletos e como adolescentes aquela entre 12 e dezoito anos, assegurando a ambos atenção e proteção integral.

Nesse sentido, o ECA representa um marco no ordenamento jurídico brasileiro, ao se constituir como um instrumento orientador da atuação do Estado, da família, da escola e da sociedade na garantia e efetivação dos direitos desse público. Sua aplicação exige o comprometimento de diferentes instâncias sociais, com vistas à promoção do cuidado, da proteção e do desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes.

Ao tratar da liberdade e da dignidade da criança e do adolescente, especialmente no artigo 3º, o Estatuto assegura o direito ao pleno desenvolvimento, ao respeito e à vivência das etapas da infância e da adolescência, livres de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração ou violência, seja ela física, psicológica ou de natureza sexual.

Para isso é preciso que governos, sociedade, assistentes sociais, famílias, escolas possam trabalhar juntos, não apenas como denúncia, mais também por meio da prevenção. Lima (2015, p. 9) ressalta que “A prevenção é uma poderosa ferramenta no combate à violência sexual, embora a tarefa principal de defender crianças e adolescentes do abuso sexual seja dos adultos que compõem a rede de proteção [...]”.

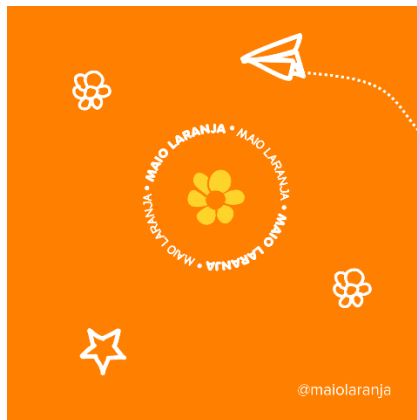
Quando a sociedade adota a prevenção, contribui diretamente para o combate ao crime e para a redução de sua ocorrência. Além disso, essa postura facilita o trabalho do Estado, auxilia a escola no planejamento de ações voltadas a um melhor processo de aprendizagem das crianças e contribui para a formação de indivíduos com dignidade e direitos garantidos, refletindo, futuramente, na constituição de adultos física e psicologicamente saudáveis.

2.5 Leis Federais nº 9.970/2000 e 14.432/2022: enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e a Campanha do Maio Laranja

O debate acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes não é um assunto novo, pois se encontra em discussão na sociedade e no Estado há muito tempo, no entanto quando falamos de Brasil, essa é uma discussão que tem tido um avanço considerado em um curto espaço de tempo nas últimas décadas, com a

criação de leis que visam combater de forma enérgica os crimes sexuais cometidos contra menores no país.

Um dos avanços que podemos citar é a Lei federal nº 9.970/2000 que trata do dia nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes “Art. 1º. É instituído o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” (Brasil, 2000, p. 1).



A lei foi inspirada na menina Araceli Cabrera Sánchez Crespo que tinha oito anos de idade.

Neste dia, em 1973, uma menina de 8 anos, de Vitória (ES), foi sequestrada, violentada e cruelmente assassinada. Seu corpo apareceu seis dias depois, carbonizado e os seus agressores nunca foram punidos. Com a repercussão do caso, e forte mobilização do movimento em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, 18 de maio foi instituído pela Lei nº 9.970/2.000, como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Desde então, esse se tornou o dia para que a população brasileira se una e se manifeste contra esse tipo de violência (Brasil, 2023, p. 1).

O caso da menina Araceli é um dentre vários que todos os dias acontecem no Brasil, para isso a Lei nº 9.970/2000 é um marco importante no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, por isso o dia 18 maio por meio da referida lei busca promover uma mobilização de toda a sociedade brasileira, engajando todas as classes sociais na conscientização concernente à violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes.

A violência sexual praticada contra crianças e adolescentes configura crime e deve ser amplamente enfrentada. Para esse enfrentamento, o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de legislações específicas que asseguram a proteção de menores de idade e responsabilizam de forma rigorosa os autores dessa conduta.

A lei é importante? Sim. Entretanto é necessário que possa haver políticas e leis que possam também não apenas combater, mas trazer uma ampla conscientização à população sobre as gravidades dos crimes cometidos no âmbito sexual contra crianças e adolescentes.

Sabemos que o Brasil é um país democrático, e essa democracia permite com que a nação venha a aderir a uma diversidade de campanhas que são providas, como janeiro branco (Saúde Mental), fevereiro roxo (Fibromialgia, Endometriose e Alzheimer), março azul-marinho (Prevenção ao Câncer Colorretal), abril verde/azul (Segurança no Trabalho e Conscientização do Autismo), maio amarelo (Conscientização sobre o Trânsito) setembro amarelo (conscientização acerca do suicídio). A lista é bastante extensa, porém amplamente importante, porque cada mês representa uma causa social que é necessária e, que merece toda a atenção da sociedade brasileira.

Dentre essas datas importantes não poderia ficar de fora o mês de maio, pois são nos 31 dias do quinto mês do ano que se tem a campanha batizada de “Mês de Maio laranja”, esse mês é destacado por trazer campanhas de consciência sobre a exploração sexual infanto-juvenil.

Sobre a oficialização do Maio laranja como um mês de conscientização sobre a exploração sexual, foi instituída a Lei nº 14.432 de 2022.

Sobre essa Lei o site do Senado Federal (2023) destaca:

A campanha Maio Laranja foi instituída por meio da Lei Nº 14.432, de 3 de agosto de 2022. A norma estabelece que a campanha deve ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. O texto foi relatado no Senado por Eliziane Gama (PSD-MA), que destaca a importância da iniciativa para a proteção das crianças e adolescentes no Brasil (Brasil, 2023, p. 1).

A campanha mês de Maio laranja tem como principal objetivo tornar a sociedade consciente acerca dos crimes que são cometidos diariamente contra crianças e adolescentes no âmbito sexual. Embora seja promovida por diferentes entes federativos, sua efetividade depende do envolvimento articulado do poder público e da sociedade civil.

A Secretaria Geral do Governo Federal (2022) ainda ressalta sobre o maio laranja:

A referida campanha representa uma importante medida para prevenir e combater a violência e o abuso sexual contra menores, cuja proposta deverá contemplar o conjunto de ações e de concepções já desenvolvidas, em memória da menina Araceli Cabrera Sánchez Crespo, respeitado e considerado o histórico de conquistas e avanços dos direitos humanos da infância no território brasileiro. A sanção busca ampliar e fortalecer a proteção integral de crianças e adolescentes por meio de ações que promovam maior visibilidade ao tema, a fim assegurar o pleno desenvolvimento nos primeiros anos de vida do ser humano, sobretudo, na Primeira Infância (Brasil, 2022, p. 1).

Conforme ilustrado na **Figura 1 e Figura 2**, dados divulgados em uma campanha realizada pela Life Impact International Brasil (2021) em parceria ao Maio laranja, indicam a gravidade do problema no Brasil. Estimativas apontam que, a cada hora, três crianças são vítimas de abuso sexual no país, sendo que aproximadamente 51% dessas vítimas possuem entre um e cinco anos de idade. Além disso, calcula-se que cerca de 500 mil crianças e adolescentes sejam explorados sexualmente anualmente, embora apenas uma pequena parcela desses casos chegue ao conhecimento das autoridades, em razão da expressiva subnotificação, estimada em aproximadamente 7,5% dos registros oficiais (BRASIL, 2023; ECPAT Brasil).



Com isso, a Life Impact International Brasil entrou em uma campanha dizendo “**NÃO**” ao abuso e à exploração sexual infantil. Formas de identificação para casos de abusos foram ensinados por meio da campanha, como: mudanças de comportamentos, proximidades excessivas, comportamentos infantis repentinos, silêncio predominante, mudanças de hábitos súbitas, queda no rendimento escolar, traumatismos físicos, enfermidades psicossomáticas e comportamentos sexuais.

É preciso que cada família, cada indivíduo, cada instituição da república esteja disposto a contribuir com essa causa que é de todos, a melhor contribuição é observar,

ter cuidado com os filhos, ver se há mudanças de comportamento, e acima de tudo ter coragem de denunciar o que ocorre, porque quando não se denuncia o crime se estimula para que o criminoso continue a praticar as atrocidades.

2.6 O Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016)

A Primeira Infância corresponde a um período decisivo do desenvolvimento humano, compreendendo os primeiros seis anos de vida, fase em que se estabelecem as bases físicas, cognitivas, emocionais e sociais do indivíduo. Alguns estudos no campo da educação, psicologia e das políticas públicas, apontam que as experiências vivenciadas nesse período exercem influência direta sobre a construção da personalidade, da aprendizagem e das relações sociais ao longo da vida.

No Brasil, esse reconhecimento foi fortalecido com a promulgação do Marco Legal da Primeira Infância, instituído pela Lei nº 13.257/2016. A referida legislação estabelece princípios, diretrizes e objetivos para a formulação e a implementação de políticas públicas destinadas às crianças de zero a seis anos, reafirmando a infância como prioridade absoluta no âmbito das ações do estado, da família e da sociedade (Brasil, 2016).

No campo educacional, a Lei nº 13.257/2016 atribui especial relevância à Educação Infantil, compreendendo-a como um espaço privilegiado de cuidado, aprendizagem e socialização. A legislação reforça a importância de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades da infância, valorizem o brincar, a escuta, o afeto e a construção de vínculos, aspectos fundamentais para o desenvolvimento saudável da criança. Tal entendimento dialoga com concepções pedagógicas que reconhecem a escola como espaço de formação integral, e não apenas de transmissão de conteúdos (Wajskop, 2001).

Outro ponto de destaque do Marco Legal refere-se à formação dos profissionais que atuam diretamente com crianças pequenas. A lei reconhece que a qualidade das interações estabelecidas no cotidiano institucional depende do preparo técnico, ético e humano desses profissionais. Nesse sentido, a formação docente deve contemplar não apenas conhecimentos pedagógicos, mas também aspectos relacionados aos direitos da criança, à proteção integral e à identificação de situações de

vulnerabilidade, conforme defendido por Goes (2020) ao tratar da efetivação da doutrina da proteção integral.

A legislação também enfatiza a importância da prevenção de violências na Primeira Infância, reconhecendo que crianças pequenas se encontram em condição de maior dependência e fragilidade. A promoção de ambientes seguros, tanto no espaço familiar quanto institucional, é apresentada como condição essencial para garantir o direito à dignidade, à integridade física e psicológica e ao desenvolvimento saudável, em consonância com os princípios estabelecidos pelo ECA (Brasil, 2017).

Dessa forma, o Marco Legal da Primeira Infância representa um avanço significativo no ordenamento jurídico brasileiro ao reconhecer a centralidade dos primeiros anos de vida e ao fortalecer a responsabilidade coletiva pela proteção e pelo desenvolvimento integral das crianças. Sua incorporação às práticas educacionais e às políticas públicas contribui para a construção de uma abordagem preventiva, ética e comprometida com a garantia dos direitos fundamentais da criança, dialogando diretamente com as discussões desenvolvidas nos capítulos seguintes.

2.7 Parâmetros Curriculares Nacionais e a Orientação Sexual na escola

Falar sobre sexualidade na sociedade brasileira ainda é um grande tabu, é inegável os avanços que temos alcançado nesses últimos anos sobre essa temática, entretanto é preciso ver que ainda temos uma sociedade bem conservadora e patriarcal, que diante de certos assuntos se nega a discuti-los, um dos exemplos clássicos disso é a questão da sexualidade.

A dificuldade de muitas famílias em dialogar com crianças e adolescentes sobre sexualidade contribui para a construção de tabus que dificultam a compreensão saudável desse tema ao longo do desenvolvimento. Figueiró (2010, p. 67) afirma que “o silêncio, a omissão ou a repressão em relação à sexualidade infantil não protegem a criança, mas a tornam mais vulnerável à desinformação, ao medo e à culpa”. Além disso, concepções ideológicas e religiosas restritivas, quando desvinculadas de uma abordagem educativa e científica, tendem a reforçar preconceitos e a impedir o diálogo familiar, comprometendo o acesso das crianças e adolescentes a informações adequadas e à proteção necessária para seu desenvolvimento integral.

O reflexo disso é que os adultos que não foram instruídos corretamente quando menores possuem medo de denunciar casos sobre abuso sexual contra crianças e adolescentes. Wilson et al (2010, p. 57) diz que “muitos pais acreditam que é importante conversar com seus filhos sobre sexualidade, porém não o fazem, principalmente por considerarem que as crianças são muito jovens ou por não saberem como abordar o assunto”. O temor de denunciar faz parte da cultura do medo, o silêncio dentro dos lares e a omissão dos pais em não debater um assunto tão importante com os filhos os torna vulneráveis e vítimas, pois o que aprenderam em casa foi o silêncio.

Neto, Rezende e Carvalho (2021) destacam que, dentro desse contexto, as crianças tendem a ser os principais alvos da violência sexual. Isso se deve ao fato de estarem na fase de desenvolvimento, um ponto em que o abusador se aproveita da situação para prevalecer-se da vítima.

Na grande maioria dos casos, essas ocorrências acontecem no próprio ambiente familiar da criança ou do adolescente. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) indicam que 72,2% dos casos ocorrem em residências das próprias vítimas ou de parentes próximos.

Diante de todos esses acontecimentos a educação tem papel importantíssimo tanto no combate como também na questão da prevenção contra o abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes. Nesse quesito um ponto essencial a se destacar são os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.

Sobre uma introdução aos PCN, o Ministério da Educação ressalta:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações [...] (Brasil, 1997, p. 13).

Uma das preocupações dos Parâmetros Curriculares Nacionais é auxiliar o docente em sala de aula sobre questões que refletem o dia a dia de assuntos que fazem parte da realidade dos alunos, que boa parte das vezes possuem reflexo de forma direta e indireta dentro da sala de aula, colocando o professor em situações que lhe exigem uma prática pedagógica que esteja de acordo a realidade dos discentes.

Sobre isso, nos PCN se afirma o seguinte:

[...] - desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;

- Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos

saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva (Brasil, 1997, p. 69).

Dentre os objetivos indicados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais o desenvolvimento e conhecimento ajustado de si mesmo é um fator importante na vida pessoal da criança e do adolescente, ajudando-os nas relações sociais tanto na família, escola, como também fora destes dois ambientes. Isso ajuda para que possam ter mais confiança em si mesmos, desenvolvendo capacidades afetivas, éticas, estéticas dentre outras.

Outro fator também de grande relevância sobre os objetivos dos PCN é o cuidar e conhecer o próprio corpo, quando se fala em conhecer e cuidar isso não se refere apenas às questões de saúde relacionadas à assuntos de higiene, pelo contrário, vai muito além, envolvendo também a questão da educação sexual, ou seja, esse “cuidar e conhecer” faz parte da vida do estudante em saber de forma mais aprofundada sobre a sua sexualidade.

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao abordarem o tema Orientação Sexual, visam destacar:

O trabalho sistemático e sistematizado de Orientação Sexual dentro da escola articula-se, portanto, com a promoção da saúde das crianças e dos adolescentes. A existência desse trabalho possibilita também a realização de ações preventivas às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS de forma mais eficaz. Diversos estudos já demonstraram os parcos resultados obtidos por trabalhos esporádicos sobre a questão. Inúmeras pesquisas apontam também que apenas a informação não é suficiente para possibilitar a adoção de comportamentos preventivos (Brasil, 1997, p. 78)

A escola como uma instituição social é fruto do progresso da sociedade através dos anos, e esse ensino sistematizado e comprometido sobre orientação e educação sexual dentro dos ambientes escolares é fruto de um comprometimento de professores, diretores, secretários, pedagogos dentre outros profissionais acerca da sexualidade de nossas crianças e adolescentes.

A escola precisa, juntamente com os professores que estão na linha de frente, ter uma visão integrada sobre as experiências de vida de seus alunos, pois mesmo que estes estejam frequentando de forma regular a sala de aula, a maior parte de suas vivências é em casa. Para isso, é preciso que a escola “[...] desempenhe um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar, que integra as diversas dimensões do ser humano envolvidas nesse aspecto” (Brasil, 1997, p. 78). Isso demonstra a relevância e importância da escola e seus professores sobre a educação sexual não apenas como algo formal, mas como uma formação para a vida.

Escola, professores e alunos devem andar de mãos dadas em todos os assuntos principalmente sobre sexualidade e educação sexual, como bem tratam os PCN.

2.8 Sala de aula e o combate à violência sexual infantil: o papel do docente na prevenção

A escola é um dos ambientes mais importantes da sociedade. Sem que a escola exerça efetivamente seu papel não podemos ter uma sociedade melhor, um país saudavelmente desenvolvido e uma nação plenamente democrática. A escola é a chave fundamental do desenvolvimento econômico de qualquer país, e uma instituição estratégica para educar as crianças e jovens para preparar os adultos saudáveis de amanhã.

Como bem relata Saviani (1999, p. 18), “A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade.” A partir dessa reflexão sabemos que a escola é um local de transformação social e de mudanças de realidade, permitindo com que pessoas possam ter uma vida melhor nos mais variados sentidos.

Dentro da escola podemos encontrar um ambiente em que diversas ideias fluem, em que pensamentos diferentes emergem e se divergem no choque das ideias, a escola é um local de iluminação de pensamentos e de discussão e debates frente a diversidade de gênero, cultural e dos mais diversos ideários. De forma mais específica, a sala de aula é o espaço em que os professores assumem a linha de frente da realidade do contexto social em que está situado o aluno. É no contexto da

sala de aula que os mais diversos problemas afloram, refletindo os problemas da sociedade em geral, como por exemplo, a intolerância religiosa, diferenças econômicas das classes, questões de gênero e violências cometidas contra crianças e adolescentes. A lista é realmente extensa, por isso citamos apenas alguns e em particular discutimos o abuso e a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes.

O abuso e a violência sexual com crianças e adolescentes ainda são temas bastante discutido no Brasil, além da vergonha que as vítimas sentem, um dos fatores negativos está no desenvolvimento da vida escolar que afeta a desenvoltura de meninos e meninas na escola.

André (2021) descreve que o abuso sexual pode ser caracterizado por dois conceitos bem básicos sendo eles, abuso sem contato e abuso com contato. O autor (2021, p. 7) descreve o abuso com e sem contato:

O primeiro ocorre quando a criança é exposta a vivências sexuais incompreensíveis para a realidade dela, enquanto o segundo está diretamente relacionado ao toque, um contato íntimo, podendo ser através de um acariciamento, masturbação ou penetração na vagina, boca ou ânus.

Embora o abuso sexual descrito por André (2021), geralmente não ocorra no ambiente escolar, suas consequências manifestam-se de forma significativa no processo de aprendizagem e no desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Nesse sentido, a escola torna-se um espaço privilegiado para a identificação de sinais e mudanças comportamentais de correntes dessas violências. Nesse contexto, o professor assume um papel fundamental, pois, fora do círculo familiar, é o profissional que mantém contato cotidiano e prolongado com crianças e adolescentes.

Esse vínculo positivo que o professor desenvolve e cria raízes em sala de aula deve ser acompanhado de muita atenção e observação em cada passo que os alunos dão. Quando algum aluno é abusado sexualmente ele passa a transmitir algumas características de que não está bem.

Mayara Plácido Catarino e Elisangela Maura Almeida (2017) relatam algumas características bases:

SINAIS COMPORTAMENTAIS OU PROVAS IMATERIAIS:
- Comportamento/sentimento

- Mudanças comportamentais radicais, súbitas e incompreensíveis, tais como oscilações de humor entre os estados de timidez e extroversão.

[...] **FREQUÊNCIA E DESEMPENHO ESCOLAR:**

- Assiduidade e pontualidade exageradas. Chegam cedo e saem tarde, demonstram pouco interesse em voltar para casa após a aula, ou até apresentam resistência a isso.
- Queda injustificada de frequência à escola.
- Dificuldade de concentração e de aprendizagem, resultando em baixo rendimento escolar.
- Ausência ou pouca participação nas atividades escolares.

RELACIONAMENTO SOCIAL:

- Tendência a isolamento social, apresentando poucas relações com colegas e companheiros.
- Dificuldade de confiar nas pessoas à sua volta.
- Evitamento de contato físico (Catarino; Almeida, 2017, p. 6-7 grifo das autoras).

Esses são sinais característicos de vítimas de abuso sexual, e devem ser fatores que o professor deve estar atento. Todos esses sinais se evidenciam em sala de aula e de alguma forma tendem a afetar o aluno alterando de alguma maneira a sua rotina escolar, para isso o professor, além de suas aulas formais sobre os conteúdos programáticos, precisa estar vigilante aos detalhes de alteração de comportamento nos discentes.

Ainda nas palavras de Catarino e Almeida (2017), o professor precisa estar preparado e sensibilizado para que possa observar e detectar o problema, para poder analisar por meio de traços e atitudes se a criança ou adolescente foi ou não vítima de abuso sexual.

Quando o professor consegue identificar e caracterizar causas atípicas, ele conseguiu um grande avanço; a partir disso, o próximo passo é tentar conversar amigavelmente com o aluno ou aluna. Para que esse próximo passo possa acontecer, é necessário que o docente construa uma relação de confiança com o discente, possibilitando que este se sinta à vontade para se expressar; nesse momento, torna-se fundamental o encaminhamento do estudante a profissionais capacitados, como psicólogos e assistentes sociais.

O professor que identifica as características e segue esses passos e consegue uma conversa de forma amigável com seu aluno, está contribuindo para quebrar um ciclo da violência sexual e se torna um exemplo para que outros educadores possam tomar as mesmas atitudes, além de obter uma confiança mais profunda em sala de aula por parte de seus alunos.

Em todo esse contexto o docente não deve estar sozinho, ele precisa estar aliado à gestão da escola e à família. Essa união escola-família dá autoridade e poder de ação ao professor para que possa ter uma atenção maior e mais vigilante em relação aos alunos em sala de aula e suas formas de comportamento. Quando isso acontece, tudo se torna mais claro para as ações da escola e suas mudanças e adaptações de currículo, ajudando dessa forma a melhorar a qualidade de ensino e combate ao abuso sexual, ou seja, sem a figura do professor, é impossível promover um combate eficiente às questões do abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes.

3 OPÇÕES METODOLÓGICAS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O abuso e a violência sexual contra crianças e adolescentes constituem graves expressões de violação dos direitos humanos. Embora se trate de uma problemática de alcance global, cada região apresenta especificidades próprias. No município de Imperatriz, localizado no estado do Maranhão, essa realidade assume contornos particulares que demandam atenção e análise aprofundada.

Com o objetivo de compreender a situação local, foram consultadas diversas fontes oficiais e acadêmicas, entre elas o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES/MA, 2023), os registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN/DATASUS), bem como relatórios divulgados pela Prefeitura e Conselho Tutelar de Imperatriz. Tais documentos oferecem perspectivas complementares acerca do fenômeno, ainda que compartilhem uma limitação recorrente: a subnotificação dos casos.

De acordo com o boletim da SES/MA (2023), o estado do Maranhão registrou entre, 2016 e 2021, centenas de casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes. Os relatórios apontam que muitos municípios são classificados como “silenciosos”, isto é, não apresentam registros formais das ocorrências. Tal situação evidencia fragilidades na coleta de dados e na visibilidade das vítimas. Apesar desse cenário, Imperatriz figura entre os municípios com notificações registradas, apresentando casos confirmados de abuso sexual infantil no ano de 2021, conforme dados estaduais.

No âmbito municipal, dados divulgados pelo Conselho Tutelar contribuem para a compreensão da realidade local sob outra perspectiva. Em nota pública veiculada pela Prefeitura de Imperatriz (2025), o órgão informou a realização de 870 atendimentos no primeiro semestre do referido ano, envolvendo 843 vítimas. No ano de 2024, já haviam sido contabilizados mais de 1.000 atendimentos. Ressalta-se, entretanto, que esses números englobam diferentes formas de violação de direitos, não se restringindo exclusivamente à violência sexual.

Além da análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais, fez-se necessária a realização de uma pesquisa de campo, com o intuito de compreender como a temática da prevenção ao abuso sexual infantil se manifesta no contexto educacional local. A pesquisa foi realizada em uma creche da rede municipal de ensino, situada no município de Imperatriz–MA, contando com a participação de dez professoras da Educação Básica. O objetivo da investigação constituiu em descrever as percepções docentes acerca da formação, do preparo e da atuação frente à educação sexual e à prevenção do abuso sexual infantil. As participantes possuem, majoritariamente, formação em Pedagogia e apresentam tempos de atuação variados, o que possibilitou a construção de um panorama representativo da realidade docente nesse contexto educacional.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado, composto por dez questões objetivas, com alternativas de múltipla escolha, aplicado de forma anônima. Além dessas questões, incluiu-se uma pergunta aberta, cuja resposta foi gravada e posteriormente transcrita, com o intuito de complementar os dados obtidos. Essa pergunta versava sobre o papel da escola no contexto da educação sexual. A seguir, são apresentados os resultados da pesquisa.

Questão 1 – Qual etapa da Educação Básica você atua atualmente? Os dados obtidos para essa questão, indicam que, 100% das professoras atuam na Educação Infantil, o que evidencia que todas as professoras entrevistadas trabalham diretamente com crianças nas primeiras etapas da escolarização. Esse dado é relevante, pois a Educação Infantil corresponde a uma fase fundamental do desenvolvimento humano, marcado pela construção da identidade, das relações sociais e da compreensão do próprio corpo.

Analisando as respostas, o fato de todas as docentes atuarem na Educação Infantil reforça a centralidade do professor nesse contexto, uma vez que é nesse

período que as crianças iniciam suas primeiras interações sistemáticas fora do ambiente familiar. Conforme destaca o ECA (Brasil, 1990), crianças devem receber atenção e proteção integral, o que inclui a garantia de um ambiente educativo seguro, acolhedor e atento a possíveis sinais de violação de direitos.

Do ponto de vista pedagógico, Louro (1997) afirma que a escola, desde os primeiros anos, constitui-se como um espaço de produção de sentidos, normas e valores, inclusive aqueles relacionados ao corpo, às diferenças e às formas de convivência. Dessa forma, entendo que o resultado desta questão dialoga diretamente com os objetivos da pesquisa, ao evidenciar que as professoras participantes ocupam uma posição estratégica na prevenção do abuso sexual infantil.

Questão 2 – Há quanto tempo você atua como professor(a)? Os dados referentes a essa questão revelam que, 40% das professoras possuem entre 2 e 5 anos de experiência, 20% atuam entre 6 e 10 anos e 40% exercem a docência há mais de 10 anos. Essa diversidade de trajetórias profissionais permite compreender o fenômeno investigado a partir de diferentes níveis de experiência, maturidade pedagógica e vivência institucional.

A presença significativa de docentes com mais de dez anos de atuação sugere um grupo profissional que acumulou experiências práticas no cotidiano escolar, o que, segundo Saviani (1999), contribui para a construção de uma consciência pedagógica mais crítica e fundamentada. Professores com maior tempo de exercício tendem a desenvolver maior sensibilidade para identificar situações que extrapolam o conteúdo formal, incluindo problemáticas sociais que afetam diretamente o processo de ensino-aprendizagem.

Por outro lado, o percentual expressivo de professoras com até cinco anos de atuação indica a presença de profissionais em processo de consolidação da identidade docente. Conforme Oliveira (2003), esse período inicial da carreira é marcado por inseguranças, especialmente diante de temas considerados sensíveis, como a educação sexual e a prevenção do abuso sexual infantil. Essa diversidade do grupo investigado é relevante para a análise, pois evidencia que as percepções sobre a temática não são homogêneas, estando atravessadas pelas experiências formativas, pelo tempo de atuação e pelas condições concretas de trabalho.

Assim, os resultados indicam que o enfrentamento do abuso e da violência sexual no contexto escolar não depende apenas da experiência acumulada, mas da

articulação entre formação inicial, formação continuada e compromisso ético do docente, conforme preconizam o ECA (Brasil, 1990) e as diretrizes educacionais vigentes.

Questão 3 – **Durante sua formação inicial ou continuada, você recebeu orientações sobre o tema “educação sexual na escola”?** Os resultados revelam que 60% das professoras afirmaram ter tido contato com a temática da educação sexual na escola de forma superficial, enquanto 20% relataram não se recordar de ter recebido qualquer orientação e outros 20% afirmaram não ter recebido formação sobre o tema. Destaca-se que as docentes que informaram não ter recebido orientações, são aquelas com mais de dez anos de atuação profissional, o que evidencia uma lacuna histórica nos processos formativos.

Esses dados apontam fragilidades estruturais na formação docente, sobretudo no que se refere à abordagem de temas considerados sensíveis. Conforme apontam os PCN (Brasil, 1997), a orientação sexual deve ser tratada como tema transversal, exigindo preparo teórico, pedagógico e ético dos professores. Entretanto, a superficialidade ou ausência dessa formação compromete a atuação docente, especialmente nas primeiras etapas da educação básica.

Nesse sentido, Jesus e Lima (2017) ressaltam que a escola possui papel central no enfrentamento do abuso sexual infantil, mas esse protagonismo depende diretamente da capacitação dos profissionais que nela atuam. Além disso, o fato de docentes com maior tempo de atuação relatarem não ter recebido orientações indica que, historicamente, a formação inicial priorizou conteúdos técnicos e disciplinares, relegando a segundo plano discussões sobre sexualidade, direitos e proteção integral.

Dessa forma, os dados analisados demonstram que as lacunas na formação inicial e continuada impactam diretamente a segurança pedagógica dos docentes, dificultando a abordagem qualitativa tanto da orientação quanto da educação sexual e a atuação preventiva frente ao abuso sexual infantil. Observa-se, portanto, a necessidade de políticas públicas e programas de formação continuada que capacitem os professores para lidar com essa temática de maneira crítica, responsável e fundamentada.

Questão 4 – **Você considera que a educação sexual deve ser abordada na escola?** Os resultados indicam que 30% das professoras consideram a educação sexual um tema educativo e necessário no contexto escolar, enquanto 70% afirmaram

que o tema deve ser abordado com limitações e de acordo com a faixa etária dos alunos. Esses dados revelam uma postura majoritariamente favorável à inserção da educação sexual no espaço escolar, ainda que mediada por critérios pedagógicos e etários.

Do ponto de vista pedagógico, Furlani (2003) compreende a educação sexual como parte da formação integral do sujeito, devendo considerar o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança. A preocupação com a faixa etária, portanto, não se configura como rejeição ao tema, mas como tentativa de adequação didática.

Entretanto, conforme aponta Oliveira (2003), a cautela excessiva pode estar associada à fragilidade de formação docente, sobretudo quando a educação sexual é atravessada por tabus morais, culturais e religiosas. Essa insegurança tende a limitar práticas educativas mais consistentes e pode comprometer ações preventivas no ambiente escolar.

Conclui-se que, embora exista aceitação da educação sexual no contexto escolar, os dados revelam a necessidade de fortalecer a formação docente, a fim de que a temática seja trabalhada de forma crítica, contínua e comprometida com a proteção e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Questão 5 – Como você avalia seu nível de preparo para tratar o tema educação sexual em sala de aula? Os dados revelam que apenas 10% das professoras se consideram muito preparadas para abordar a educação sexual em sala de aula, enquanto a maioria se distribui entre preparo parcial (60%) e baixo preparo (30%). Esse resultado evidencia que, embora haja reconhecimento da importância do tema, o domínio pedagógico ainda é limitado entre as docentes investigadas.

Essa percepção dialoga com Oliveira (2003), que aponta a insuficiência da formação docente como um dos principais obstáculos para a abordagem consistente da educação sexual no contexto escolar. Para a autora, a falta de preparo compromete a atuação docente e reforça práticas de silêncio ou abordagens superficiais.

Freire (1996) defende que o professor precisa unir conhecimento teórico, reflexão crítica e compromisso ético. A ausência desses elementos enfraquece o diálogo em sala de aula e dificulta a construção de uma educação sexual emancipatória, capaz de promover consciência, autonomia e prevenção de violência. Dessa forma, os resultados da pesquisa apontam que o preparo docente ainda é insuficiente para atender às demandas da educação sexual na educação básica,

reforçando a necessidade de políticas, formação continuada específica e apoio institucional, para que o professor possa atuar com segurança, responsabilidade e fundamentação pedagógica.

Questão 6 – Você já recebeu formação ou capacitação específica sobre abuso sexual infantil? 70% das professoras nunca receberam formação ou capacitação específica sobre abuso sexual infantil, enquanto 30% relataram ter tido contato com o tema apenas por meio de palestras ou campanhas informativas. Esses resultados mostram que o contato das professoras com o tema ocorre apenas de forma esporádica, sem uma formação contínua e organizada, o que dificulta a preparação teórica e prática necessária para lidar adequadamente com situações de violência sexual infantil.

A ausência de formação sistemática compromete a capacidade do professor de reconhecer sinais de abuso, compreender suas múltiplas manifestações e agir de forma adequada diante de situações de suspeita ou confirmação. Conforme apontam Catarino e Almeida (2017), os indícios de violência sexual costumam se manifestar por meio de alterações comportamentais, dificuldades de aprendizagem e mudanças no relacionamento social, aspectos que se evidenciam no cotidiano escolar, e exigem do docente sensibilidade, conhecimento e preparo técnico para sua identificação.

Louro (2000) contribui ao afirmar que a escola ensina não apenas conteúdos formais, mas também modos de perceber, interpretar e lidar com questões sociais sensíveis. Como já foi abordado em outras questões, quando o professor não recebe formação adequada, tende a agir com insegurança, silêncio ou omissão, o que pode reforçar a invisibilidade da violência e dificultar a proteção da criança.

Portanto, os dados analisados demonstram que a inexistência de capacitação específica sobre abuso sexual infantil limita a atuação preventiva da escola e fragiliza o papel do professor como agente de proteção.

Questão 7 – Caso perceba sinais de abuso sexual em um aluno, você saberia quais procedimentos seguir? Os resultados indicam que 50% das professoras afirmaram saber exatamente quais procedimentos devem ser adotados ao identificar sinais de abuso sexual em um aluno. Entretanto, 40% declararam possuir apenas noções gerais, sem segurança plena, e 10% relataram que, embora saibam reconhecer a situação, preferem repassar o caso a outro profissional. Esses dados mostram que, apesar de uma parcela significativa demonstrar conhecimento

sobre os encaminhamentos, ainda há insegurança e indefinição quanto às responsabilidades docentes nesse tipo de situação.

Essa realidade dialoga diretamente com o ECA (Brasil, 1990), que estabelece que a escola e seus profissionais têm dever legal de comunicar às autoridades competentes qualquer suspeita ou confirmação de violação de direitos. O fato das docentes preferir transferir a responsabilidade ou demonstrar insegurança revela fragilidades no conhecimento dos fluxos institucionais e das obrigações legais que envolvem a proteção integral da criança e do adolescente.

Sob a perspectiva freiriana. A prática educativa não é neutra, uma vez que o educador está inserido em uma realidade social marcado por desigualdades e violações de direitos. Conforme Freire (1987; 1996), omitir-se diante dessas realidades significa reforçar estruturas de opressão, o que compromete o papel transformador da escola enquanto espaço de cuidado, escuta e proteção. Portanto, os dados analisados indicam que, embora exista um reconhecimento da gravidade da violência sexual infantil, a atuação docente ainda carece de maior respaldo institucional e formativo.

Questão 8 – Você acredita que a escola tem um papel importante na prevenção e combate ao abuso sexual infantil? Os resultados indicam que 20% das docentes compreendem a escola como instância essencial na prevenção e no enfrentamento do abuso sexual infantil, enquanto 80% reconhecem sua importância, mas ressaltam que essa responsabilidade deve ser compartilhada com outras instituições. Tal distribuição revela uma compreensão ampliada do fenômeno, reconhecendo-o como um problema complexo, que ultrapassa os limites da atuação exclusivamente escolar.

O ECA (Brasil, 1990) estabelece que a garantia dos direitos da criança e do adolescente é dever conjunto da família, da sociedade e do estado. Nesse sentido, a escola se insere como parte integrante de uma rede de proteção, atuando de forma articulada com serviços de saúde, assistência social, conselho tutelar e demais órgãos responsáveis.

A compreensão das docentes também encontra respaldo nos dados e orientações da UNICEF (2021), que enfatizam que o enfrentamento da violência sexual infantil exige ações intersetoriais, capazes de integrar prevenção, identificação precoce, acolhimento e encaminhamento adequado das vítimas. Assim, a atuação

isolada da escola tende a ser insuficiente diante da complexidade das situações de abuso, especialmente quando estas ocorrem no ambiente familiar.

Com isso, os dados analisados demonstram que as docentes reconhecem a relevância da escola no combate ao abuso sexual infantil, ao mesmo tempo em que compreendem a necessidade de uma atuação articulada com outras políticas públicas e instituições. Tal entendimento evidencia uma compreensão alinhada aos marcos legais e institucionais que orientam a proteção integral de crianças e adolescentes.

Questão 9 – Na sua escola, há projetos, palestras ou ações que tratam sobre educação sexual e/ou prevenção ao abuso sexual? Os dados obtidos nessa questão indicam que 100% das professoras afirmaram que as ações relacionadas à educação sexual e à prevenção do abuso sexual ocorrem de forma esporádica na instituição pesquisada. Esse resultado evidencia que, embora o tema esteja presente no ambiente escolar, ainda não se configura como uma prática contínua no cotidiano pedagógico da escola.

A realização esporádica dessas ações revela uma fragilidade institucional no enfrentamento preventivo da violência sexual, uma vez que a ausência de continuidade compromete o alcance formativo dessas iniciativas. Nesse sentido, a BNCC destaca a importância de que temas relacionados ao cuidado, ao respeito ao corpo e à proteção integral sejam trabalhados de forma transversal e permanente ao longo da trajetória escolar, especialmente na Educação Infantil, etapa em que se iniciam as primeiras construções sobre si e sobre o outro (Brasil, 2017).

Lima (2015) destaca que a escola exerce um papel fundamental na prevenção da violência sexual, devendo atuar de forma contínua e articulada, promovendo ações educativas que possibilitem às crianças o reconhecimento de situações de risco e a construção de estratégias de autoproteção.

Dessa forma, o resultado obtido aponta para a necessidade de fortalecimento de práticas preventivas no contexto escolar, de modo que a educação sexual e a prevenção do abuso infantil sejam incorporadas de maneira sistemática ao projeto pedagógico da instituição, contribuindo para a efetivação da proteção integral e dialogando diretamente com os objetivos da pesquisa.

Questão 10 – Em sua opinião, o maior desafio para trabalhar esses temas na escola é? Os dados obtidos demonstram que os desafios são múltiplos e interligados. 60% das professoras apontaram a falta de preparo e formação docente

como um dos principais desafios, enquanto 40% destacaram a resistência das famílias e da comunidade. Além disso, 60% das participantes indicaram a escassez de materiais didáticos e recursos pedagógicos como fator limitante para a efetivação dessas ações.

Esses resultados mostram que as dificuldades não se restringem a um único aspecto, mas envolvem dimensões pedagógicas, culturais e institucionais. Nesse sentido, Rezende e Carvalho (2021) ressaltam que a vulnerabilidade de crianças e adolescentes à violência sexual está diretamente relacionada à ausência de ações preventivas consistentes, as quais dependem da formação adequada dos profissionais da educação, do acesso a materiais pedagógicos apropriados e do apoio da comunidade escolar como um todo.

Assim, os dados reforçam a necessidade de investimento em formação continuada de professores, bem como no fortalecimento do diálogo entre escola, família e comunidade, a fim de criar condições efetivas para o enfrentamento do abuso e da violência sexual infantil. Tal análise dialoga diretamente com os objetivos desta pesquisa, ao evidenciar que a superação desses desafios é fundamental para a consolidação de práticas preventivas no contexto escolar.

Questão aberta - É papel da escola trabalhar com a educação sexual? Com o intuito de complementar os dados obtidos por meio das questões fechadas do questionário, realizou-se uma pergunta aberta a três professoras que atuam com crianças de 4 a 7 anos de idade, identificadas como P1, P2, P3, a fim de compreender de forma mais aprofundada suas percepções acerca do papel da escola no trabalho com a educação sexual.

PÉ responde:

Acho importante. A participação da escola é no sentido, também de orientar os pais a como orientar as crianças, né. Porque eu acredito que ficaria uma coisa muito invasiva, né. Essa questão de você ensinar a criança a isso. Mas uma orientação aos pais sim. Chamar os pais, conversar, dar um apoio e trabalhar com ele junto com eles e na sala de aula, orientar os alunos. A respeitar. Certo? É a questão da educação do respeito, não de chegar a ensinar, certo? Mas, de respeitar. Eu acredito que sim. Nós temos essa participação, mas no sentido mais assim, mais voltado para o pai do que para a criança na criança. Seria mais a questão de educação de respeito, mas a questão da educação do pai é

aceitar. É trabalhar com o menino em casa com a moça. Eu acredito que a escola deveria se manter nessa participação.

PÉ responde:

É papel da escola também. A escola também tem esse papel de educar, e essas orientações sexuais têm que começar desde a base da educação infantil, que é o nosso caso. Aqui que a gente já trabalha com as crianças. A questão do toque e não toca aqui. Ninguém pode tocar aqui, e isso é importante porque tem que falar a linguagem da educação infantil.

PÉ responde:

Sim, é papel da escola porque desde a educação infantil, as crianças precisam aprender a conhecer seu corpo. Do que é possível tocar, do que não pode e o que pode. Por exemplo, a gente vê muitos casos de crianças que são abusadas na infância. Por não conhecer o seu corpo não nesse sentido, mas sim, quando uma pessoa vai abraçar ou pegar na mãozinha da criança, no pescocinho, ensina-se a criança o que pode pegar ou não aí, então uma criança na educação infantil precisa ser orientada ao que pode o que não pode. Com isso é trabalhado as partes do corpo, quando ela vai crescendo, se tornando um adolescente, depois um adulto mais informado, então com esse ensino ela vai conseguir se defender. Caso algo aconteça com ela, né. Então sim, é muito importante. A escola deve orientar as crianças nesse cuidado desde a educação infantil.

De modo geral, as respostas evidenciam o reconhecimento, por parte das docentes, de que a escola possui responsabilidade nesse processo, ainda que com diferentes ênfases quanto à forma de abordagem. A P1 destaca a importância da participação da escola principalmente como mediadora entre família e criança, enfatizando a orientação aos pais e o trabalho conjunto, além da promoção de valores como o respeito. Sua fala revela uma preocupação em evitar práticas consideradas invasivas, apontando para uma concepção de educação sexual pautada mais na formação ética e no diálogo com as famílias do que a intervenção direta junto às crianças.

As respostas da P2 e P3, por sua vez, demonstram uma compreensão mais direta da educação sexual como parte integrante do trabalho pedagógico desde a

Educação Infantil. Ambas ressaltam a importância de orientar as crianças, em linguagem adequada à faixa etária, sobre o conhecimento do próprio corpo, os limites do toque e a distinção entre situações permitidas e não permitidas. Essas falas evidenciam a percepção de que o acesso a essas informações contribui para a proteção das crianças, possibilitando que reconheçam situações de risco e desenvolvam estratégias de autoproteção.

Sob uma perspectiva social, Fraga (2023) analisa a violência sexual contra crianças e adolescentes como um problema estrutural, marcado por silenciamentos e pela naturalização de práticas abusivas. Nesse sentido, as falas das professoras revelam a escola como um espaço estratégico para romper com esse silêncio, promovendo informações que auxiliem na prevenção do abuso e da violência sexual e no fortalecimento da autonomia infantil. Ao reconhecer a necessidade de trabalhar o tema desde os primeiros anos escolares, as docentes apontam para o papel da educação como instrumento fundamental de enfrentamento desse tipo de violação de direitos.

Assim, a análise das respostas evidencia que, embora existam diferentes compreensões sobre a forma de atuação da escola, há consenso quanto à sua responsabilidade no trabalho com a educação sexual, especialmente no que se refere à promoção do respeito, ao conhecimento do corpo e à prevenção do abuso sexual infantil. Esses achados reforçam os objetivos desta pesquisa ao demonstrar que a escola, em articulação com a família e a sociedade, ocupa posição central na construção de práticas educativas voltadas à proteção integral das crianças.

Os dados analisados ao longo deste capítulo evidenciam que o abuso e a violência sexual contra crianças e adolescentes constituem uma realidade presente no município de Imperatriz-MA, ainda que marcada por subnotificações. A pesquisa de campo demonstrou que as professoras reconhecem a importância da educação sexual e da prevenção do abuso sexual infantil no contexto escolar, especialmente na Educação Infantil. No entanto, os resultados apontam limitações significativas relacionadas à formação docente, à insegurança pedagógica e à ausência de ações preventivas contínuas e sistematizadas nas instituições de ensino.

Assim, fica evidente a necessidade de fortalecer a atuação da escola por meio de investimentos em formação continuada, apoio institucional e articulação com a rede

de proteção, de modo a consolidar práticas educativas que contribuem efetivamente para a proteção integral de crianças e adolescentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como professores da Educação Básica percebem e atuam diante da orientação/educação sexual no contexto escolar, especialmente no que se refere à prevenção e ao enfrentamento do abuso sexual infantil. Ao longo do estudo, evidenciou-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma realidade complexa, dolorosa e amplamente subnotificada, atravessando espaços que deveriam ser de proteção, como o ambiente familiar e institucional. Como aponta Paulo Freire (2021), na perspectiva dialógica, o diálogo é condição essencial para transformar a realidade. Nesse sentido, discutir orientação sexual e formação docente deixa de ser uma escolha pedagógica opcional e passa a configurar-se como uma necessidade ética, social e educacional.

Reconhecer a infância como etapa estruturante do desenvolvimento humano, conforme apontam Cambi (1999), Pereira e Deon (2021) e Moya (2024), implica compreendê-la como um período marcado pela construção da identidade, dos vínculos afetivos e da personalidade. Contudo, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, da UNICEF e de pesquisas recentes demonstram que essa fase tem sido gravemente violada por índices alarmantes de violência sexual, frequentemente praticada por pessoas do círculo de confiança das vítimas. Isso reforça a urgência de que instituições públicas, especialmente a escola, assumam uma postura ativa na proteção da infância.

No campo histórico e legal, a Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo paradigma ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, o que foi aprofundado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), pelas diretrizes da LDB (1996), pela BNCC (2017) e por legislações específicas de enfrentamento, como as Leis nº 9.970/2000 e nº 14.432/2022. Esses marcos normativos não apenas estabelecem deveres ao Estado, mas também convocam a escola a exercer um papel de promoção, prevenção e cuidado, articulado à rede de proteção social.

O estudo evidenciou que a discussão sobre orientação sexual na escola não se reduz a conteúdos biológicos, mas envolve várias dimensões, como culturais,

sociais e subjetivas da formação humana. Com isso, autoras como Guacira Lopes Louro (1997; 2000) e Maria de Fátima Oliveira (2003) contribuíram sobremaneira para compreender que a sexualidade atravessa relações, identidades, expectativas e práticas escolares. Nesse contexto, o professor é chamado a refletir criticamente sobre sua prática, desconstruir preconceitos e reconhecer-se como agente de transformação social, compreendendo que a escola educa não apenas por meio de conteúdos, mas também por valores, atitudes e relações.

Os resultados da pesquisa de campo realizada no município de Imperatriz-MA revelaram que as professoras reconheçam a importância do papel da escola no sentido de educar as crianças para se defenderem dos eventuais abusos. Tais percepções dialogam com o referencial teórico e com os marcos legais analisados, que atribuem à escola a responsabilidade de atuar de maneira preventiva.

Essa questão é absolutamente merecedora de uma discussão mais séria nas universidades e incentivos por parte do poder público para criar programas de educação continuada, com programas que tratem dessa matéria de forma específica. Notamos nos depoimentos das professoras uma responsabilidade diante do grave problema da violência sexual infantil e que a escola precisa atuar de forma integrada, dialogando com famílias, serviços de saúde, assistência social, Conselho Tutelar e órgãos de proteção. Como aponta a perspectiva freiriana da pedagogia dialógica, o diálogo é condição essencial para transformar a realidade; realidade essa a qual professores e alunos aprendem juntos quando o ambiente escolar se torna espaço seguro para escuta, a expressão e a construção coletiva do conhecimento.

Assim, conclui-se que a compreensão docente sobre a educação sexual é elemento chave para uma escola que pretende enfrentar o abuso sexual infantil de forma humana, ética e eficaz. Uma prática pedagógica sensível, informada e acolhedora não apenas previne violências, mas contribui para a formação de sujeitos mais conscientes, respeitosos e capazes de reconhecer seus próprios direitos. Logo, investir na formação do professor não é apenas uma ação pedagógica, é uma ação de proteção à infância, de promoção da cidadania e de fortalecimento da sociedade.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar o debate sobre a educação sexual no contexto escolar e para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à formação docente. A escola, enquanto espaço democrático de cuidado, diálogo e construção de futuros, deve assegurar que toda criança possa vivenciar, sua

infância com liberdade, segurança e dignidade, conforme garantido pela legislação brasileira e exigido pelos princípios éticos que fundamentam o fazer educativo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemary Pessoa Borges de; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; LEMOS, Elizama das Chagas. Formação continuada do docente da educação profissional: contribuição do Campus ZL/IFRN. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2020.
- AMORIM, Amanda Freire; MOUSSA, Iasmin Amaral. Desempenho intelectual e crenças disfuncionais em crianças vítimas de abuso sexual. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 38, n. 116, p. 143-151, 2021.
- ANDRÉ, Ágatha Victória Menino de. *Abuso infantil: identificar, prevenir e combater*. Brasília: Centro Universitário de Brasília (CEUB), 2021.
- FRAGA, Paulo César Pontes. *Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise sociológica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- SOUSA, Maria do Socorro; LINO, Ana Paula. Impactos psicológicos da violência sexual infantil no desenvolvimento da criança. *Revista Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 35, n. 2, 2023.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. *As reformas educacionais e o trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência sexual infantil: os dados estão aqui. São Paulo: FBSP, 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000. Institui o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 maio 2000.
- BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. *Marco Legal da Primeira Infância*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2016.
- BRASIL. Lei nº 14.432, de 3 de agosto de 2022. Institui a Campanha Maio Laranja. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual*. Brasília, DF: MEC, 1997.

ARMESTO, Leonardo Moraes; BISPO, Patrícia Paiva Gonçalves. O papel da escola na sociedade contemporânea: formação baseada em valores e o ideário dos saberes. *RECIMA21*, v. 3, n. 1, 2022.

UNICAMP. Especialistas veem retrocesso em supressão do termo “orientação sexual” da BNCC. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 7 abr. 2017.

BAIA, Éden Taynara Cavaleiro. O abuso sexual contra crianças e adolescentes: perspectivas teóricas e o enfrentamento pela escola. Belém: UFPA, 2022.

JESUS, Jaqueline Silva de; LIMA, Maria José Barros. A escola e o enfrentamento do abuso sexual infantil. Brasília: UnB, 2017.

GOES, Adriana Valéria Santos. A efetivação da doutrina da proteção integral no Marco Legal da Primeira Infância. *Revista de Direito da Criança e do Adolescente*, v. 12, n. 1, 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: UNICEF, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CAMBI, Francesco. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.

WAJSKOP, Gisela. Brincar na educação infantil: uma história que se repete. São Paulo: Cortez, 2001.

GOES, Maria Cecília Rafael de. A proteção integral da criança e do adolescente: fundamentos e desafios para sua efetivação. São Paulo: Cortez, 2020.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 2009.

CAMILO, Telma Cristina. A periodização do desenvolvimento infantil: contribuições da teoria histórico-cultural. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 8, n. 2, p. 130-139, 2008.

CATARINO, Elisangela Maura; ALMEIDA, Mayara Plácido. A importância do professor da educação infantil no combate à violência sexual infantil. Mineiros: UNIFIMES, 2017.

FERREIRA, Olavo Leonel. História do Brasil. São Paulo: Ática, 1978. FRAGA, César. Contra a violência sexual. Brasil de Fato, maio 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, 2021.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. História da educação brasileira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Maria José Barros. Violência sexual contra crianças e adolescentes: prevenção nas escolas públicas. Brasília: UnB, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NETO, Wilmar Ferreira Neves; REZENDE, Marília Gabriela Costa; CARVALHO, Cíntia de Sousa. O abuso sexual infantil e a cultura do silêncio. *Periódicus*, v. 2, n. 16, 2021.

SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 1999.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WAJSKOP, Gisela. Brincar na pré-escola. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FURLANI, Jimena. Educação sexual na escola: relações de gênero, orientação sexual e igualdade. São Paulo: Autêntica, 2003.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. São Paulo: Cortez, 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). Gênero e sexualidade na BNCC: análises críticas. Campinas, 2017.

MOYA, Marcelo. Conceito de criança e desenvolvimento humano. São Paulo: Editora Saraiva, 2024.

CARPINTERI, Angela et al. Exploração sexual de crianças e adolescentes: perfil dos perpetradores e dinâmicas sociais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 26, n. 151, 2018.

POLARIS. Understanding the demand for child sexual exploitation. Washington, DC: Polaris Project, 2025.

PIAGET, Jean. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

PEREIRA, Graciele Perciliana; DEON, Vanessa Aparecida. Concepções de infância: um estudo teórico. *Revista Científica Multidisciplinar*, v. 2, n. 3, p. 1-10, 2021.

ECPAT BRASIL. Exploração sexual de crianças e adolescentes: dados e enfrentamento. Brasil, s.d.

LIFE IMPACT INTERNATIONAL BRASIL. Campanha Maio Laranja: dados sobre abuso e exploração sexual infantil no Brasil. Brasil, 2021.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

1 - Qual etapa da Educação Básica você atua atualmente?

- ☐ Educação Infantil
- ☐ Ensino Fundamental I
- ☐ Ensino Fundamental II
- ☐ Ensino Médio

2 - Há quanto tempo você atua como professor(a)?

- ☐ Menos de 2 anos
- ☐ De 2 a 5 anos
- ☐ De 6 a 10 anos
- ☐ Mais de 10 anos

3 - Durante sua formação inicial ou continuada, você recebeu orientações sobre o tema “orientação sexual na escola”?

- ☐ Sim, de forma ampla e aprofundada
- ☐ Sim, mas de forma superficial
- ☐ Não me recordo
- ☐ Não recebi nenhuma orientação

4 - Você considera que a orientação sexual deve ser abordada na escola?

- ☐ Sim, é um tema educativo e necessário
- ☐ Sim, mas com limitações e conforme a faixa etária
- ☐ Não, esse tema deve ser tratado apenas pela família
- ☐ Não tenho opinião formada

5 - Como você avalia seu nível de preparo para tratar o tema educação sexual em sala de aula?

- ☐ Muito preparado(a)
- ☐ Parcialmente preparado(a)
- ☐ Pouco preparado(a)
- ☐ Nada preparado(a)

6 - Você já recebeu formação ou capacitação específica sobre abuso sexual infantil?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Apenas por meio de palestras ou campanhas informativas

7 - Caso perceba sinais de abuso sexual em um aluno, você saberia quais procedimentos seguir?

- ☐ Sim, sei exatamente o que fazer
- ☐ Tenho alguma noção, mas não total segurança
- ☐ Não saberia como agir
- ☐ Preferiria repassar a situação a outro profissional

8 - Você acredita que a escola tem um papel importante na prevenção e combate ao abuso sexual infantil?

- ☐ Sim, é papel essencial da escola
- ☐ Sim, mas deve ser compartilhado com outras instituições
- ☐ Não, é uma função apenas da família e autoridades
- ☐ Não tenho certeza

9 - Na sua escola, há projetos, palestras ou ações que tratam sobre educação sexual e/ou prevenção ao abuso sexual?

- ☐ Sim, com frequência
- ☐ Sim, mas de forma esporádica
- ☐ Não há, mas considero importante
- ☐ Não há e considero desnecessário

10 - Em sua opinião, o maior desafio para trabalhar esses temas na escola é:

- ☐ Falta de preparo e formação dos professores
- ☐ Resistência das famílias e comunidade
- ☐ Falta de apoio da gestão escolar
- ☐ Falta de material didático e recursos adequados

PERGUNTA (ENTREVISTA)

- 1) “É papel da escola trabalhar com a educação sexual?”